



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 4º PERÍODO A - DATA: 01/10/2018

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D

Disciplina: Ética Geral e Profissional
Professora: Laurinéia Borges Souza

Questão 01

Sobre o Conceito de Ética assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ética profissional são normas de conduta que deveriam ser colocadas em prática no exercício da profissão.
- b) A ética profissional serve para regulamentar o relacionamento do profissional com seus clientes, caracterizando para a melhoria da dignidade das pessoas e a construção do bem-estar.
- c) Sendo a ética fundamental à vida humana, na vida profissional não é diferente, porque cada profissional tem responsabilidades individuais e responsabilidades sociais, que envolvem pessoas que dela se beneficiam. O fazer profissional diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir se refere à conduta do profissional, somando as atitudes que deve responder no executar de sua profissão.
- d) O Estatuto Ético de uma profissão é a responsabilidade que dela decorre. A ética profissional codificada vem a preencher uma necessidade de se transformar em algo claro e prescritivo, para efeitos de controle corporativo, institucional e social, o que navega nas incertezas da ética filosófica. A ética coloca deveres para com os colegas, para com a sociedade, com os clientes, mas não para consigo mesmo, vez que o profissional principalmente da área jurídica pode agir de acordo com sua vontade, vez que o único prejudicado por suas condutas antiéticas na vida privada será ele mesmo.

Questão 02

Sobre os princípios da Ética, assinale a alternativa que contenha o princípio fundamental da deontologia forense:

- a) Coleguismo
- b) Agir segundo ciência e consciência
- c) Conduta ilibada
- d) Agir segundo ciência e moral

Questão 03

Sobre a deontologia forense, temos que a ciência, a significar o conhecimento técnico adequado, exigível a todo profissional. E além da formação adequada, o profissional deverá manter um processo próprio de educação continuada. O trecho acima diz respeito a agir com ciência e consciência, sobre o referido princípio assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O referido princípio não é absoluto, vez que existem limites até para a própria consciência.
- b) Além da ciência, o profissional deverá atuar com consciência. Existe uma função social a ser desenvolvida em sua profissão jurídica.
- c) Com a aplicação desse princípio se resolvem todos os problemas morais. Vez que não há limites postos ao princípio da consciência.
- d) Com a aplicação desse princípio não se resolvem todos os problemas morais. Há limites postos ao princípio da consciência. Ela não é o último ou o absoluto critério.

Questão 04

O aspecto moral impregna qualquer das carreiras jurídicas. A _____ é o comportamento sem mácula, aquele sobre o qual nada se possa moralmente levantar. O advogado deve observar o seu Código de Ética, de onde se extrai a necessidade de uma conduta límpida. Em relação ao juiz, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional reclama conduta irrepreensível na vida pública e na vida particular. O conceito de _____ é impreciso. Em tempos idos, pessoa divorciada- sobretudo se mulher - se via barrada no acesso a muitas carreiras jurídicas. A situação hoje é diversa. A separação e os posteriores casamentos ou formação de convivências estáveis parecem não mais concernir com a moral. O texto acima diz respeito ao princípio

- a) Da conduta ilibada
- b) Do coleguismo
- c) Agir segundo ciência e consciência
- d) Da incompatibilidade

Questão 05

A publicidade exagerada, a captação de clientela, a prática de pleitear remuneração excessiva, ferem o princípio ético

- a) Do coleguismo
- b) Da incompatibilidade
- c) Da dignidade e do decoro profissional
- d) Da diligencia

Questão 06

Sobre o princípio do Coleguismo assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O coleguismo se traduz no tratamento respeitoso dos profissionais mais jovens quanto aos mais experientes.
- b) Falta de coleguismo é disputar cargos ou clientes, concorrer de maneira pouco leal, estimular ou calar-se diante da maledicência, comentar erro do colega.
- c) O coleguismo se confunde com a solidariedade. Esta se manifesta em geral fora do processo e se fundamenta sobre a consideração da dignidade humana do colega. O coleguismo guarda vinculação extrema com o exercício profissional.
- d) O coleguismo é um sentimento derivado da consciência de pertença ao mesmo grupo, a inspirar certa homogeneidade comportamental, encarada como verdadeiro dever.

Disciplina: Redação Jurídica Profª: Renata Ap. de Freitas Araújo e Andrade

Questão 07

Educação é algo bem mais amplo do que escola. Começa em casa, onde precisam ser dadas as primeiras informações sobre o mundo (com criança também se conversa!), noções de postura e compostura, respeito, limites. Continua na vida pública, nem sempre um espetáculo muito edificante, na qual vemos políticos concedendo-se um bom aumento em cima dos seus já polpudos ganhos, enquanto professores recebem salários escrachadamente humilhantes, e artistas fazendo propaganda de bebida num momento em que médicos, pais e responsáveis lutam com a dependência química de milhares de jovens. (Lia Luft)

Esse parágrafo foi retirado de um texto dissertativo-argumentativo.

Assinale a alternativa que melhor justifica essa afirmação:

- a) focaliza de modo estático um objeto.
- b) mostra objetos em minúcias numa linguagem impregnada de emoção.

- c) apresenta uma ideia central acerca de um tema de grande relevância social.
- d) desenvolve uma situação no tempo, mostrando seus desdobramentos.

Questão 08

Diante de diversos problemas ambientais gerados pela sociedade contemporânea, surgiram em várias partes do mundo debates sobre o uso racional da água: um caminho possível. Aparentemente infinita, a água doce do mundo existe em quantidade menor do que, em geral, as pessoas pensam. Ao se falar em água, imediatamente as pessoas se lembram de que 70% da superfície terrestre é composta de água, assim como nosso corpo. Entretanto, não se lembram de que boa parte desta água é imprópria para o consumo humano [...]. (*Adriano Martins de Oliveira*)

Assinale a alternativa **incorreta** em relação a esse parágrafo extraído de um texto dissertativo-argumentativo:

- a) O autor adota a postura de argumentador, ou seja, tenta convencer o leitor a aceitar seu ponto de vista.
- b) As ideias são apresentadas de forma impessoal.
- c) A linguagem apresentada não obedece aos princípios da norma culta da Língua Portuguesa.
- d) O trecho apresenta um dado estatístico.

Questão 09

Assinale a alternativa incorreta no que se refere às características do texto dissertativo - argumentativo:

- a) A impessoalidade deve predominar nesse tipo de texto. Citações, dados estatísticos e comparações enriquecem a defesa da tese.
- b) O texto dissertativo - argumentativo deve apresentar coerência interna, ou seja, relação entre as partes do texto.
- c) O ponto de partida dessa composição textual é um tema polêmico e de interesse de toda a sociedade.
- d) O autor deve apresentar uma tese a ser defendida, ou seja, um ponto de vista. Isso deve ser feito no parágrafo de conclusão.

Questão 10

Observe o seguinte enunciado:

“A sociedade brasileira sente-se segura em relação à questão da segurança pública, haja vista que a violência vem diminuindo gradativamente”.

Essa afirmação não condiz com a realidade atual, portanto foi **desobedecida** uma qualidade que deve ser levada em consideração na produção de um texto dissertativo - argumentativo:

Assinale a alternativa que apresenta o nome dessa qualidade:

- a) Correção gramatical
- b) Impessoalidade
- c) Coerência
- d) Tese explícita

Questão 11

Para a presidente do Conselho Federal de Nutricionistas, Rosane Nascimento, “não é necessário que o Brasil lance mão de práticas baseadas no uso de agrotóxicos e mudanças genéticas para alimentar a população”. O povo está cansado de saber que o Brasil produz alimento mais do que suficiente para alimentar a sua população e este tipo de artifício não é necessário. A lógica dessa utilização é a do capital em detrimento do respeito ao cidadão e do direito que ele tem de se alimentar com qualidade. (Raquel Júnia)

Assinale a alternativa que apresenta a técnica utilizada na argumentação presente nesse parágrafo dissertativo-argumentativo.

- a) Citação
- b) Alusão histórica
- c) Exemplo
- d) Colocação de dados estatísticos

Disciplina: Direito Constitucional I Professor: Mário César Martins de Miranda

Questão 12

Assinale a alternativa correta sobre as características inerentes às normas constitucionais de eficácia contida.

- a) São normas que permitem a alteração ilimitada de cláusulas pétreas
- b) São normas da constituição que não permitem alteração por meio de Emenda Constitucional
- c) São normas constitucionais cuja aplicabilidade depende da edição de normas legais
- d) São normas que recebem do constituinte “normatividade suficiente”, que permite meios normativos destinados a lhes impor limitações de eficácia.

Questão 13

O Poder Constituinte Reformador exalta a capacidade de modificação do texto constitucional.

Assim, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), ele se revela no Brasil desde que

- a) por meio de emenda à Constituição, cujo projeto conste com mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, se manifeste, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- b) haja três quintos de deputados e senadores em sessão unicameral.
- c) seja promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em sessão bicameral.
- d) haja aprovação das respectivas casas do congresso em dois turnos e com dois terços dos presentes.

Questão 14

O poder constituinte pode ser conceituado como o poder de elaborar ou atualizar uma Constituição. A titularidade desse poder pertence ao povo, como aponta a doutrina moderna. Sobre as proposições em relação ao tema, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Recepção é um processo abreviado de criação de normas jurídicas, pelo qual a nova Constituição adota as leis já existentes, se com ela compatíveis, dando-lhes validade e evitando o trabalho de se elaborar toda a legislação infraconstitucional novamente. Já a desconstitucionalização ocorre quando as normas da Constituição anterior permanecem em vigor, desde que compatíveis com a nova ordem, mas com status de lei infraconstitucional.

- b) O poder constituinte originário tem como principais características ser: inicial, ilimitado e incondicionado; já o poder constituinte derivado, por sua vez, possui as seguintes características principais: subordinado, condicionado e limitado.
- c) Há possibilidade de se apontar duas formas básicas de expressão do Poder Constituinte originário: Assembleia Nacional Constituinte e Movimento Revolucionário (outorga).
- d) O poder constituinte derivado revisor consiste na possibilidade que os Estados-membros têm, em virtude de sua autonomia político-administrativa, de se auto-organizarem através de suas respectivas constituições estaduais, sempre respeitando as limitações estabelecidas pela Constituição Federal.

Questão 15

Considerando a classificação das constituições quanto a sua mutabilidade, a Constituição Federal vigente é

- a) analítica, uma vez que é minuciosa, extensa, dispondo não somente sobre a organização do Estado brasileiro, mas também sobre matérias que seriam próprias da legislação ordinária, o que dificulta a alteração do ordenamento jurídico brasileiro.
- b) flexível, uma vez que sua carga principiológica permite ao legislador interpretá-la e dar-lhe significado por intermédio da legislação ordinária, o que permite a evolução da Constituição sem que ela seja formalmente alterada.
- c) rígida, uma vez que apenas pode ser alterada por procedimento específico diverso do previsto para a elaboração das leis ordinárias e complementares, dificultando sua modificação.
- d) dirigente, uma vez que estabelece diretrizes e metas ao legislador, demandando que seja reformada quando alcançados os objetivos do constituinte.

Questão 16

Promulgada uma nova Constituição, elaborada por representantes eleitos pelo povo, dá-se início a uma nova ordem jurídica, que enseja a

- a) inexistência das normas constitucionais e infraconstitucionais anteriormente vigentes, sendo necessário dar início a uma nova estrutura normativa.
- b) inconstitucionalidade superveniente da legislação constitucional e infraconstitucional anteriormente vigente, independentemente de seu conteúdo.
- c) possibilidade de coexistência da nova ordem constitucional com a Constituição anterior, naquilo em que a nova Carta não tiver disposto, numa dinâmica de suprir lacunas.
- d) possibilidade de recepção de atos normativos anteriormente vigentes que não sejam incompatíveis materialmente com a nova Constituição promulgada, de acordo com a qual passarão a ser interpretados.

Questão 17

Carlos pleiteia determinado direito, que fora regulado de forma mais genérica no corpo principal da CRFB/88 e de forma mais específica no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – o ADCT. O problema é que o corpo principal da Constituição da República e o ADCT estabelecem soluções jurídicas diversas, sendo que ambas as normas poderiam incidir na situação concreta.

Carlos, diante do problema, consulta um(a) advogado(a) para saber se a solução do seu caso deve ser regida pela norma genérica oferecida pelo corpo principal da Constituição da República ou pela norma específica oferecida pelo ADCT.

Com base na CRFB/88, assinale a opção que apresenta a proposta correta dada pelo(a) advogado(a).

- a) Como o corpo principal da CRFB/88 possui hierarquia superior a todas as demais normas do sistema jurídico, deve ser aplicável, afastada a aplicação das normas do ADCT.

- b) Como o ADCT possui o mesmo status jurídico das demais normas do corpo principal da CRFB/88, a norma específica do ADCT deve ser aplicada no caso concreto.
- c) Como o ADCT possui hierarquia legal, não pode afastar a solução normativa presente na CRFB/88.
- d) Como o ADCT possui caráter temporário, não é possível que venha a reger qualquer caso concreto, posto que sua eficácia está exaurida.

Disciplina: Direito Internacional Público e Privado Professor: Leilane Camargos
--

Questão 18

O Estado regulamenta a convivência social em seu território por meio de legislação nacional, e a comunidade internacional também cria regras, que podem conflitar com as nacionais. A respeito das correntes doutrinárias que procuram proporcionar solução para o conflito entre as normas internas e as internacionais, assinale a opção correta.

- a) A corrente monista e a dualista apresentam as mesmas respostas para o conflito entre as normas internas e as internacionais
- b) Nenhum país adota a corrente doutrinária monista.
- c) Consoante a corrente monista, o ato de ratificação de tratado gera efeitos no âmbito nacional.
- d) De acordo com a corrente dualista, o direito interno e o direito internacional convivem em uma única ordem jurídica.

Questão 19

Quanto à internalização de tratados ao ordenamento nacional, assinale a opção correta:

- a) O sistema de recepção de tratados internacionais previsto na Constituição Federal não acolhe o chamado princípio do efeito direto e imediato dos tratados ou convenções internacionais sobre Direitos Humanos.
- b) A extradição solicitada por Estado estrangeiro para Fins de cumprimento de pena somente poderá ser deferida depois de internalizado o tratado de extradição firmado entre o Brasil e o respectivo Estado estrangeiro.
- c) Somente após ser aprovado em duplo turno de votação, nas duas casas do Congresso Nacional, seguido de publicação de Decreto Presidencial, poderá o Tratado Internacional adquirir validade no Direito Brasileiro.
- d) Tratados que versem sobre concretização de Direitos Humanos no plano interno não podem ser objeto de denúncia pelo Estado Brasileiro, sob pena de violação ao postulado da proibição de retrocesso.

Questão 20

Considerando o regramento dos tratados internacionais na Convenção de Viena, assinale a opção correta.

- a) Reserva é um ato bilateral ou multilateral pelo qual se expressa a objeção em relação a certo dispositivo de um tratado internacional.
- b) Denúncia é a expressão de objeção de um Estado a certo dispositivo de um tratado internacional.
- c) Denúncia é a expressão de consentimento de um Estado a um tratado internacional.
- d) Reserva é a declaração unilateral do Estado para excluir ou modificar o efeito jurídico, em relação a esse mesmo Estado, de certas disposições de um tratado internacional.

Questão 21

A respeito dos tratados internacionais, assinale a opção correta.

- a) Como regra, um Estado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, salvo na hipótese de violação manifesta a norma de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratados.
- b) A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.
- c) A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado multilateral ou bilateral.
- d) A superveniência de uma norma de jus cogens que esteja em conflito com um tratado acarretará a suspensão temporária das disposições ajustadas até que haja modificação do que tiver sido pactuado.

Questão 22

No que se refere à condição do Estado como sujeito de direito internacional, é correto afirmar que a doutrina

- a) Estrada, a despeito de não negar a obrigação de a nação devedora reconhecer as próprias dívidas e procurar pagá-las, repudiava a sua cobrança como coerção, que poderia levar à absorção das nações mais pobres pelas nações mais ricas.
- b) Drago não entende como legítimo que um Estado venha a ser instado a reconhecer um novo governo de um outro Estado, o que, na sua compreensão, levaria à indevida ingerência nos assuntos internos dos países.
- c) Monroe concretizou-se com a instituição de consultas mútuas entre chancelarias americanas, com vista a consolidar resposta integrada em face de agressões que fossem objeto qualquer das nações do continente americano.
- d) Pela Teoria da Responsibility to Protect (r2p) os Estados têm a obrigação primária de proteger os direitos humanos em seu território e a sociedade internacional tem a responsabilidade de auxiliar os Estados a proteger os direitos humanos em seu território. Caso isso não aconteça, a sociedade internacional tem a responsabilidade de intervir para proteger os direitos humanos.

Disciplina: Direito Civil – Das Obrigações II

Professor: Ronaldo Carvalho

Questão 23

Pedro, com o objetivo de pagar uma dívida que possuía com Roberto, cedeu-lhe, de forma onerosa, crédito vincendo que tinha a receber de Carlos, responsabilizando-se somente pela existência do referido crédito. Na data do vencimento da dívida, Roberto descobriu que Carlos era insolvente.

Nessa situação hipotética, a dívida que Pedro tinha com Roberto

- a) não estará extinta, pois Pedro assumiu a obrigação de garantir a existência do crédito.
- b) estará quitada, pois o crédito foi cedido em caráter pro soluto.
- c) não estará extinta, pois a cessão de crédito é sempre em caráter pro soluto.
- d) estará quitada, pois não há distinção entre a cessão de crédito pro soluto e a cessão de crédito pro solvendo.

Questão 24

Conforme disposto no Código Civil, em caso de assunção de dívida, extinguem-se as garantias especiais originariamente dadas pelo devedor primitivo. Segundo a doutrina, definem-se exclusivamente como garantias especiais.

- a) todas aquelas prestadas voluntária e originariamente pelo devedor primitivo ou por terceiro.
- b) as reais prestadas pelo devedor, decorrentes da determinação do regime jurídico próprio.
- c) as fidejussórias prestadas pelo garantidor por determinação legal, originariamente.
- d) qualquer das prestadas pelo garantidor decorrentes de imposição do regime jurídico próprio.

Questão 25

A costureira Antonieta confeccionou cinquenta vestidos para Fábrica de Roupas Última Moda, durante o ano de 2014, sem vínculo empregatício e em intervalos irregulares de tempo. As partes acordaram a respeito do preço e do prazo de entrega, mas não acerca do prazo de pagamento. Em 30/12/2014, Antonieta foi avisada de que não mais seriam necessários os seus serviços, porém não recebeu seu crédito que atinge R\$ 1.000,00. Considerando o disposto no artigo 134 do Código Civil, segundo o qual os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo, são exequíveis desde logo, salvo se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo, e que todo o serviço contratado já havia sido prestado, Antonieta:

- a) não poderá cobrar o seu crédito, porque o contrato sem prazo é ineficaz, embora válido, devendo as partes previamente celebrar um aditamento a respeito da data de pagamento.
- b) terá, necessariamente, de pedir o arbitramento judicial de seu crédito, porque, embora o contrato seja válido, depende de ratificação judicial, para se tornar eficaz.
- c) deverá interpelar judicial ou extrajudicialmente a devedora, antes de ajuizar ação de cobrança.
- d) deverá interpelar judicialmente a devedora antes de ajuizar ação de cobrança, porque assim ocorrerá citação, que é o único meio de constituir em mora o devedor.

Questão 26

O devedor, que paga, tem direito à quitação regular e pode reter o pagamento, enquanto lhe não for dada, é o que contém na redação do Art. 939, do Código Civil. O que significa quitação regular? (OAB/RN 2001 I):

- a) A quitação regular deve designar a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, com a assinatura do credor, ou do seu representante;
- b) A quitação regular deve designar o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante;
- c) A quitação regular deve designar tão somente a espécie da dívida quitada, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante com a expressão "recebida";
- d) A quitação regular consiste tão somente em devolver o título ao devedor.

<p>Disciplina: Direito Penal – Parte Especial II Professora: Eliel Ribeiro Carvalho</p>

Questão 27

Leopoldino, ao iniciar o curso, tomou emprestados vários livros e códigos de um colega seu e egresso do curso de direito por nome Eliaquim, com o combinado de devolvê-lo no final da graduação. Passado um ano, Leopoldino resolve desistir do curso. Certo dia Eliaquim ficou sabendo que Leopoldino estaria oferecendo os livros, à venda, para colegas. Eliaquim foi até onde estava Leopoldino e, por coincidência, deparou com ele oferecendo todos os livros por um valor bem abaixo do mercado. Eliaquim impedir a venda e depois de muito esforço conseguiu que Leopoldino devolvesse os livros. Diante esse caso hipotético, analise as assertivas e em seguida marque a alternativa correta.

- I. Leopoldino praticou o crime de apropriação indébita consumada, conforme artigo 168 do Código Penal.
 - II. Leopoldino praticou o crime de apropriação indébita tentada.
 - III. Leopoldino praticou o crime de furto tentado.
 - IV. Leopoldino praticou o crime de furto tentado, qualificado com abuso de confiança.
 - V. O crime praticado por Leopoldino trata-se de crime de dano, comum, unissubjetivo e tem como elemento subjetivo o dolo.
- a) Somente a assertiva I está correta.
 - b) Somente as assertivas I e V estão corretas.
 - c) Somente as assertivas II e V estão corretas.
 - d) Somente as assertivas III e IV estão corretas.

Questão 28

Analise o artigo sobre furto e em seguida marque a alternativa correta:

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

§ 3º - Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III - com emprego de chave falsa;

IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

§ 4º-A A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

§ 5º - A pena é de reclusão de três a oito anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior.

§ 6º A pena é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos se a subtração for de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes no local da subtração.

§ 7º A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa, se a subtração for de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.

I. O emprego de chave falsa é uma majoração de pena.

II. Durante o repouso noturno é uma qualificadora do furto.

III. O emprego de explosivo qualifica o crime de furto.

IV. O elemento subjetivo do tipo é o dolo.

V. O elemento objetivo do tipo é “coisa alheia”.

- a) Somente a alternativa III está correta.
- b) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- c) Somente as alternativas III e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas IV e V estão corretas.

Questão 29

No tocante ao crime de roubo, analise as assertivas e em seguida marque a alternativa correta:

- I. Se a violência ou ameaça for para a subtração da coisa, será roubo próprio. Nesse caso a violência ou ameaça ocorre antes ou durante a subtração.
- II. Se a violência ou ameaça ocorrer após a subtração e com o objetivo de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa, o roubo será impróprio.
- III. Para configurar o concurso de pessoas não é necessário que os participantes estejam presentes no local do fato, basta a concorrência de mais de uma pessoa na prática delituosa.
- IV. O crime de roubo é classificado como complexo, instantâneo, comum, de forma livre e unissubjetivo.
- a) Somente a alternativa II está correta.
- b) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- c) Somente as alternativas III e IV estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 30

“A” furta um celular da residência de “B”, inexistindo qualquer tipo de violência. Perseguido pela polícia, “A” efetua dois disparos de tiros contra os policiais e foge. Na hipótese ocorreu o crime de:

- a) roubo simples
- b) roubo próprio
- c) roubo impróprio
- d) Furto qualificado

**Não espere o incentivo de outros, o primeiro a acreditar no seu
sonho tem que ser você e mais ninguém... Pois se você não
acreditar, quem vai ?**

Com fé, força e determinação, conquistamos tudo!

Graziela Gonçalves